

**AO JUÍZO DA xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXXXXXXX-XX.**

PROCESSO N° XXXXXXXXXX
REQUERENTE: XXXXXXXXXX
REQUERIDA: XXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado no processo indicado à epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXX, apresentar

RÉPLICA

aos termos das contestações apresentadas pela requerente (fls. x/x), pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

1 - SÍNTESE DA CONTESTAÇÃO

Em sede de contestação, a requerida sustenta que:

- a) Em preliminar a impugnação ao pedido de gratuidade de justiça do requerente;
- b) Que o requerente intenta transformar a presente ação em ação revisional de alimentos;
- c) Que o requerente não trouxe aos autos provas do alegado na inicial;
- d) Impugna os documentos juntados às fls. x a x;
- e) Que a via da presente ação é incabível quanto ao seu objetivo;
- f) Que são os alimentos dados em favor do menor, irrepetíveis;
- g) Que em razão do Princípio da Irrepetibilidade, se torna impossível a restituição dos valores pagos ao menor;

- h) Que o requerente, em razão disso, carece de interesse de agir;
- i) Que é ausente a utilidade do provimento jurisdicional invocado pelo autor.

É a síntese.

2 - DA IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA DO REQUERENTE

A alegação de que o requerente não faz *jus* aos benefícios da gratuidade de justiça não merece prosperar.

A petição e documentação de fls. x/x comprova cabalmente que cerca de 50% da renda do autor está comprometida com a subsistência de seu filho e de seus genitores e que a quantia restante é empregada com a subsistência do autor.

Logo, resta evidente que apesar da renda do autor ser superior à média dos trabalhadores, estas situações excepcionais o impedem de arcar com os ônus da sucumbência e honorários advocatícios, sem o sacrifício da sua subsistência e de sua família.

2 - DO INTERESSE DE AGIR

A requerida suscita - por meio de tortuosos argumentos - a preliminar de carência de interesse de agir, na medida em que os alimentos seriam irrepetíveis e, portanto, ainda que as contas a serem prestadas não fossem aprovadas não haveria a possibilidade jurídica de cobrança dos valores pagos a tal título.

Ocorre que **a irrepetibilidade dos alimentos é uma garantia dada ao alimentando e, no caso em comento, é justamente este que está a pugnar pela prestação de contas a fim de verificar se houvera malversação dos valores pagos a título de alimentos, razão pela qual não há que se falar na aplicação deste**

primado no caso vertente, em desfavor do próprio menor.

Ademais, ainda que assim não o fosse – o que se admite apenas para argumentar – o Eg. TJDFR tem admitido a flexibilização do princípio da irrepetibilidade dos alimentos quando evidenciada a má-fé, *verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO A MAIOR. INVERSÃO DOS POLOS OU COMPENSAÇÃO AUTORIZADA DE OFÍCIO. **IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS. FLEXIBILIZAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE.** PROVOCAÇÃO DA PARTE INTERESSADA. DIREITO DISPONÍVEL. SENTENÇA REFORMADA.

1. Uma vez que destinada à sobrevivência de quem a percebe, a verba alimentícia é, por sua própria natureza, irrepetível e, à vista de expressa vedação legal, também insuscetível de compensação (CC, Art. 1.707).

2. **Em casos excepcionais, contudo, é admissível a relativização da irrepetibilidade, quando comprovada a má-fé do credor ou para evitar o enriquecimento sem causa.**

3. Configurando-se como direito disponível no bojo de relação entre pai e filho, a compensação ou devolução de valores pagos a maior em execução de alimentos não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, até mesmo porque o ocorrido pode configurar mera liberalidade do genitor, que optou por pagar todo o valor em vez de valer-se dos meios processuais para impugnar montante que considerasse indevido.

4. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n.942475, 20110610136592APC, Relator: ANA CANTARINO 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 18/05/2016, Publicado no DJE: 23/05/2016. Pág.: 252/265);

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - **ALTERAÇÃO DE GUARDA DE MENOR - RESTITUIÇÃO DE VERBAS ALIMENTARES - CASO EXCEPCIONAL** - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO OCORRÊNCIA.

Pela própria natureza da verba alimentar, que objetiva garantir a subsistência do alimentando, o pagamento da pensão deve satisfazer as despesas referentes ao mês do pagamento ou as despesas futuras.

O genitor deve restituir as verbas alimentares referentes aos meses em que não detinha a guarda do filho, sendo admitida a flexibilização da irrepetibilidade dos alimentos em casos excepcionais.

Não há que se falar em litigância de má-fé se a autora apenas exerceu seu direito de ação, sem incorrer nas hipóteses do artigo 17 do CPC.

Deu-se provimento ao apelo da autora e indeferiu-se o pedido de condenação por litigância de má-fé.

(Acórdão n.879509, 20140110602672APC, Relator: SÉRGIO ROCHA, Revisor: JAMES EDUARDO OLIVEIRA, 4ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 01/07/2015, Publicado no DJE: 14/07/2015. Pág.: 129).

3 - DO MÉRITO

Analisando-se a contestação de fls. x/x, verifica-se que a requerida não suscitou nenhum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor, formulando peça defensiva por mera negativa geral.

Conforme o art. 1.583, § 5º do Código Civil, é possível entender que **ambos os alimentantes são legítimos para exigir contas com o intuito de defender e preservar o melhor interesse do alimentado, mormente quando passaram a ter a guarda do menor, como no caso vertente**. Nesse sentido, dispõe o supracitado artigo nos seguintes termos:

“§ 5º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a **supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos**. (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014)”

Nesse diapasão, verifica-se ser plenamente possível e justificada a presente ação de prestação de contas, uma vez que desde a inicial o autor demonstra sua preocupação com a destinação dos alimentos, inclusive com a manutenção dos investimentos feitos à poupança do menor.

Necessário ressaltar que, em momento algum o requerente busca algo para si, pois, conforme se extrai da inicial, ele pugna pela

transparência quanto à aplicação dos alimentos prestados, não vislumbrando auferir qualquer tipo de vantagem na presente ação.

A utilidade desta ação, bem como o interesse de agir do requerente, decorre do poder familiar exercido pelo autor, sendo então ambos os pais investidos para fiscalizar e fazer a manutenção da educação do filho. Colaciona o art. 1.589 do Código Civil, *verbis*:

Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como **fiscalizar sua manutenção e educação.**

Ainda, no mesmo sentido os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE DESPESAS ALIMENTÍCIAS. DIREITO DE O ALIMENTANTE VERIFICAR O CORRETO EMPREGO DA VERBA ALIMENTAR. EXEGESE DO ART. 1.589 DO CÓDIGO CIVIL. IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS. PEDIDO RESTRITO À DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS. PROCEDIMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE SE ESGOTA NA PRIMEIRA FASE. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL RECONHECIDOS. SENTENÇA TERMINATIVA CASSADA. RECURSO PROVIDO. **"O genitor obrigado ao pagamento de alimentos possui legitimidade para o ajuizamento de 'ação de prestação de contas' (fiscalização) contra a pessoa que detém a guarda de seus filhos - e que, por conseguinte, administra a destinação da verba alimentar recebida pela prole. Não se pode olvidar que o alimentante encontra-se investido no direito de fiscalizar a manutenção e educação dos filhos em decorrência do poder familiar.** Entendimento diverso é manifestamente inconstitucional por violar o direito de acesso à jurisdição, na exata medida em que o alimentante haveria de ficar impossibilitado de fiscalizar a pessoa responsável pela administração da verba alimentar no que concerne ao seu adequado destino. Nessa linha, afigura-se incontestemente **o direito do pai que presta alimentos aos filhos de acompanhar e fiscalizar a correta utilização dos alimentos prestados, donde exsurge o seu direito de pedir prestação de contas daquele que administra os alimentos da prole"** (TJSC, Ap. Civ. n. , da Capital, rel. Des. Joel Dias Figueira Junior, j. em 13-11-2007). (TJ-SC - AC: 149073 SC 2010.014907-3, Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 15/06/2010, Terceira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Balneário Camboriú)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DIREITO DE FISCALIZAR O EMPREGO DA PENSÃO ALIMENTAR. ART. 1.589 DO CÓDIGO CIVIL. IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS. PROCEDIMENTO QUE SE ESGOTA NA PRIMEIRA FASE. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM RECONHECIDA. O progenitor, em cuja a guarda não estejam os filhos, **possui legitimidade para, em nome próprio, exigir contas de quem as detém, com o fim de averiguar o correto emprego dos valores alimentares entregues. Tal ação exaure-se na primeira fase do procedimento, ante a irrepetibilidade conferida aos alimentos** (Ap. Cív. n. , da Capital, deste relator, j. em 18-3-2008).

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALIMENTOS. ACOLHIMENTO. CONTAS CONSIDERADAS BOAS.” DECISUM “CORRETO. CONFIRMAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO APELATÓRIA DESATENDIDA. I **O prestador de alimentos tem legitimação para ingressar com pedido de prestação de contas**, na modalidade rendição de contas, não com o desiderato de obter uma apuração de débito ou de crédito, diante da irrepetibilidade da verba, mas, apenas, **para fiscalizar a exatidão e a correteza das aplicações dos valores recebidos pela representante legal da alimentária . Isso porque, ainda que dissolvido o casamento dos litigantes, o pai não perde o poder familiar sobre a filha menor, poder esse do qual continua ele co-titular.** É a compreensão que, segundo os intérpretes, resulta do art. 1.589 do CC/02, que confere aos pais que não tenham os filhos sob sua guarda o direito de fiscalizar a manutenção e a educação dos mesmos (TJSC, Ap. Cív. n. , de São Miguel do Oeste, rel. Des. Trindade dos Santos, j. em 23-10-2008).

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PEDIDO AJUIZADO PELO ALIMENTANTE EM FACE DA EX-MULHER, GUARDIÃ DA ALIMENTÁRIA. Extinção do feito pronunciada em primeiro grau na forma do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, reconhecida a inadequação da via eleita. Desacerto do decisório. Se a cada direito deve corresponder uma ação que o assegure, não há como negar **ao autor apelante o direito de exigir da acionada esclarecimentos precisos acerca da administração da prestação alimentícia recebida por conta da filha menor, máxime diante da fundada suspeita de malversação.** Incidência, no particular, do disposto no artigo 1.589 do Código Civil de 2002. Direito de exigir contas que, in casu , decorre do chamado poder familiar, sendo certo que o divórcio em nada modifica os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos (artigo 1.579, também do Código Civil de 2002). Recurso provido (TJSP, Ap. Cív. n. 262.041-4/3-00, rel. Des. Paulo Dimas Mascaretti, j. em 20-5-2003).

No tocante ao Princípio da Irrepetibilidade, o requerente não busca a restituição dos valores que, eventualmente, serão comprovados o desvio de finalidade, mas no pagamento de indenização a títulos de

danos materiais, caso comprovada a má gestão dos alimentos, valor este que será destinado ao menor representado.

IV - CONCLUSÃO

Diante de todas essas razões, demonstrada a veracidade dos fatos e fundamentos que constituem a pretensão, o autor reitera os termos da inicial e requer a integral procedência dos pedidos deduzidos na peça exordial.

No que tange à **especificação de provas**, informa o autor não ter outras provas a produzir, tendo em vista que o feito envolve apenas questões de direito.

XXXXXXXX-XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO DO XXXXXX